

# Diário Oficial

**Prefeitura Municipal De Roteiro/AL**

**EDITAL Nº 01/2026**  
**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA DIRETOR E VICE-DIRETOR DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE**  
**MUNICIPAL DE ROTEIRO/AL**

A **Secretaria Municipal de Educação de Roteiro/AL**, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Delegada nº 434/2025, torna público o presente **EDITAL** que estabelece normas, critérios, procedimentos e condições para a realização do **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO** destinado à seleção de profissionais para o exercício das funções de Diretor e Vice-Diretor das unidades escolares da Rede Municipal de Educação.

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O Processo Seletivo Público de Mérito e Desempenho instituído por este edital tem por finalidade selecionar profissionais qualificados para o exercício das funções de Diretor e Vice-Diretor das unidades escolares da Rede Municipal de Educação de Roteiro/AL, conforme as diretrizes e critérios estabelecidos na Lei Delegada nº 434/2025.

**Art. 2º** O certame observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, integridade, participação democrática, equidade educacional e governança escolar.

**Art. 3º** A participação no Processo Seletivo constitui requisito obrigatório para exercício das funções de Diretor e Vice-Diretor, sendo vedada a designação de profissionais que não tenham sido aprovados nas etapas previstas.

**Art. 4º.** A designação para o exercício das funções de Diretor e Vice-Diretor das unidades escolares da Rede Municipal de Educação terá duração de 3 (três) anos, podendo o servidor ser reconduzido para novos períodos, sucessivos ou não, desde que, cumulativamente:

- I - apresente desempenho satisfatório nas avaliações anuais realizadas pelo Sistema Municipal de Gestão Educacional – SMGE;
- II - seja aprovado em novo Processo Seletivo Público, concorrendo em igualdade de condições com os demais candidatos; e
- III - não esteja respondendo a processo administrativo disciplinar nem possua impedimento ético, legal ou administrativo que inviabilize o exercício da função, conforme verificação nos registros funcionais.

**CAPÍTULO II**  
**DA COMISSÃO ORGANIZADORA E INSTITUIÇÃO TÉCNICA**

**Art. 5º** A Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo – COEPS, instituída por portaria da SEMED, será responsável por supervisionar o certame, fiscalizar a execução das etapas e emitir parecer conclusivo, conforme arts. 16 a 19 da Lei Delegada nº 434/2025.

**Art. 6º** A SEMED contratará instituição técnica especializada para:

- I – elaboração, aplicação e correção da prova objetiva;
- II – avaliação dos Planos de Gestão Escolar;
- III – condução das entrevistas técnicas e avaliação comportamental;
- IV – formação inicial e construção da matriz de competências.

**Art. 7º** Compete à COEPS:

- I – acompanhar a execução do certame;
- II – garantir integridade e rastreabilidade dos atos;
- III – julgar recursos;
- IV – emitir relatório final de homologação.

**CAPÍTULO III**  
**DAS INSCRIÇÕES**

**Art. 8º** A inscrição será realizada exclusivamente para o exercício da função no âmbito da Rede Municipal de Educação, não vinculada a unidade escolar específica.

**Art. 9º** Poderão inscrever-se os profissionais que atendam aos requisitos dos arts. 8º e 9º da Lei Delegada nº 434/2025, quais sejam:

- I – formação mínima exigida em Pedagogia ou licenciaturas com habilitações correlatas;
- II – pós-graduação nas áreas previstas;
- III – mínimo de 3 anos de experiência no magistério;

IV – idoneidade moral comprovada através das certidões negativas de débitos criminal, da Justiça Federal e Estadual;  
V – disponibilidade para dedicação à função.

**Art. 10** A inscrição será realizada por meio de formulário presencial, conforme cronograma deste edital, no anexo I.

§ 1º Para fins de inscrição no Processo Seletivo Público, o candidato deverá apresentar cópias acompanhadas dos respectivos originais, para conferência, dos documentos abaixo relacionados, os quais deverão ser entregues no ato da inscrição, obedecendo rigorosamente à ordem indicada:

I – certificado de participação no Curso de Formação Inicial para Gestores Escolares, quando exigido como etapa prévia do certame, nos termos deste edital;

II – diploma de curso superior em Pedagogia ou diploma de licenciatura em área da educação, expedido por Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC, em conformidade com os arts. 61, 62 e 64 da Lei nº 9.394/1996 (LDB) e com o art. 8º da Lei Delegada nº 434/2025;

III – documento oficial de identificação com foto (RG ou equivalente);

IV – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

V – título de eleitor, acompanhado de comprovante da última votação ou certidão de quitação eleitoral;

VI – comprovante de residência atualizado;

VII – declaração ou certidão emitida pela Secretaria Municipal de Administração que comprove que o candidato não responde a processo administrativo disciplinar, nos termos da legislação municipal;

VIII – declaração ou certidão emitida pelo setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação, comprovando o exercício no magistério da Rede Municipal de Educação pelo período mínimo exigido no art. 9º da Lei Delegada nº 434/2025;

#### **CAPÍTULO IV DO CURSO DE FORMAÇÃO**

**Art. 11.** A Secretaria Municipal de Educação disponibilizará, no site oficial da Prefeitura Municipal de Roteiro/AL e no mural das unidades escolares da Rede Municipal de Educação, o cronograma formativo do Processo Seletivo Público para as funções de Diretor e Vice-Diretor, contendo a programação, a carga horária, o local de realização e demais informações pertinentes, após a homologação das inscrições do processo seletivo.

**Art. 12.** O Curso de Formação constitui etapa obrigatória do Processo Seletivo Público, de caráter formativo e eliminatório, com a finalidade de assegurar a compreensão das atribuições da função, o alinhamento às diretrizes da política educacional municipal e o desenvolvimento das competências essenciais à gestão escolar.

**Art. 13.** O Curso de Formação abrangerá conteúdos essenciais ao exercício da função de Gestor e Vice-Gestor Escolar, compreendendo legislação educacional e municipal aplicável, gestão escolar, políticas públicas educacionais, currículo, avaliação, financiamento da educação e análise de indicadores de aprendizagem.

**Art. 14.** A execução do Curso de Formação Inicial será realizada de forma presencial, com carga horária total de 20 (vinte) horas, sob a responsabilidade de instituição técnica especializada contratada pela Secretaria Municipal de Educação, a qual ficará incumbida do planejamento pedagógico, da condução das atividades formativas e da aplicação dos conteúdos, em estrita observância aos temas, objetivos, metodologia e cronograma estabelecidos no Projeto de Formação anexo, nos termos da legislação vigente.

**Parágrafo único.** A participação no Curso de Formação Inicial será obrigatória, devendo o candidato comprovar frequência mínima de 80% (oitenta por cento) da carga horária total ofertada, como condição para habilitação e participação na primeira etapa do Processo Seletivo Público, correspondente à prova de conhecimentos.

#### **CAPÍTULO V DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO**

##### **Seção I ETAPA I – Prova de Conhecimentos**

**Art. 15.** A Primeira Etapa do Processo Seletivo ocorrerá através de uma prova para avaliação de conhecimentos necessários a gestão escolar, através de testes de conhecimentos teóricos sobre:

I – legislação educacional;

II – gestão escolar e governança;

III – currículo, avaliação e práticas pedagógicas;

IV – direitos educacionais e proteção integral;

V – políticas públicas educacionais.

§ 1º. As provas terão caráter classificatório, condicionadas à obtenção de nota mínima de 7,0 (sete) como critério de habilitação para as etapas subsequentes, e serão compostas por 50 (cinquenta) questões, assim distribuídas: 15 (quinze) questões de legislação educacional; 10 (dez) questões de Gestão Escolar e Governança; 05 (cinco) questões de currículo, avaliação e práticas pedagógicas; 10 (dez) questões de direitos educacionais e proteção integral; e 10 (dez) questões de políticas públicas educacionais.

§ 2º. A prova terá duração de até 3 (três) horas e será aplicada em data, local e horário a serem divulgados em cronograma específico.

## Seção II ETAPA 2 – Análise de Títulos

**Art. 16.** A Análise de Títulos, de caráter classificatório, tem por finalidade aferir a trajetória acadêmica, profissional e institucional do candidato, considerando sua formação, experiência e participação em instâncias de governança educacional, com atribuição de pontuação de acordo com os seguintes critérios.

<b>ANÁLISE DE TÍTULOS E CURRÍCULOS</b>	<b>Pontos título/currículo</b>	<b>Quantidade máxima admitida</b>	<b>Máximo de pontos</b>
Doutorado em Educação	3,0 pontos	1 (um) título	7 pontos
Mestrado em Educação	2,0 pontos	1 (um) título	
Especialização, carga horária mínima de 360 horas em Gestão Escolar	2,0 pontos	1 (um) título	
Especialização na área da educação, carga horária mínima de 360 horas.	0,5 pontos	2 (dois) títulos	1 ponto
Experiência em Gestão Escolar	1,5 ponto	1(um) ano	1,5 pontos
Experiências em participação nos conselhos do CAE e CACS-FUNDEB.	0,5 pontos	1 (um) ano	0,5 pontos
<b>TOTAL</b>			<b>10 pontos</b>

§1º Na hipótese de o nome constante no diploma e/ou certificado divergir daquele informado no ato da inscrição, o candidato deverá anexar documento oficial comprobatório da alteração, tais como certidão de casamento ou averbação de divórcio. Na ausência de comprovação, os documentos que apresentarem divergência nominal não serão considerados para fins de avaliação.

§2º A Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo reserva-se o direito de realizar diligências destinadas à verificação da autenticidade, validade e regularidade dos documentos apresentados, podendo, quando necessário, solicitar ao candidato a apresentação de documentação complementar, observado o princípio do contraditório.

§3º Não será admitida, em qualquer hipótese, a entrega de documentos comprobatórios ou de titulações fora do prazo, horário ou forma estabelecidos neste edital.

§4º A Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo Interno, em conjunto com a Instituição Técnica Especializada, será responsável pelo preenchimento da Ficha de Avaliação de Títulos, bem como pelo encaminhamento do resultado classificatório à Secretaria Municipal de Administração, para fins de publicação no site oficial da Prefeitura Municipal de Roteiro/AL.

## Seção III ETAPA 3 – Plano de Gestão Escolar

**Art. 17.** O Plano de Gestão Escolar, de caráter eliminatório e classificatório, constitui etapa central do Processo Seletivo Público e tem por finalidade avaliar a capacidade do candidato de planejar, organizar, executar e monitorar ações de gestão escolar, alinhadas às diretrizes da política educacional municipal.

**Art. 18.** A Terceira Etapa do Processo Seletivo consistirá em apresentar perante banca avaliadora, um Plano de Gestão Escolar que contemple diretrizes, metas e ações para o desenvolvimento pedagógico, administrativo e financeiro da escola, alinhado às políticas públicas e à realidade escolar local.

§ 1º O plano deverá conter no mínimo:

- I. Diagnóstico situacional da escola;
- II. Propostas de melhoria pedagógica com base nos indicadores de aprendizagem;
- III. Estratégias de gestão administrativa e financeira;
- IV. Ações de fortalecimento da participação da comunidade escolar.

§ 2º. A apresentação será realizada pelo candidato, com duração máxima de 20 (vinte) minutos, seguida de mais 5 (cinco) minutos de arguição técnica. Serão avaliadas as respostas que evidenciarem clareza, coerência, viabilidade e domínio dos conteúdos abordados, observando a capacidade de argumentação e o alinhamento com os objetivos propostos.

§ 3º. Dos critérios de pontuação para avaliar o Plano de Gestão:

ANÁLISE DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR –PGE (ESCRITO E APRESENTAÇÃO)	Pontos por dimensão	Total de pontos	Média Simples dos Pontos (dividir por 8)
Conteúdo	0 a 20		80/8
Exposição Coerente	0 a 15		
Alinhamento do PGE aos Pilares da Gestão Escolar	0 a 15		
Alinhamento do PGE aos Instrumentos Democratizadores	0 a 15		
Arguição técnica	0 a 15		
<b>SOMA DOS PONTOS DOS QUESITOS</b>			10

§ 4º. A nota atribuída à apresentação do Plano de Gestão Escolar será avaliada quanto à sua coerência, viabilidade, alinhamento às políticas públicas e articulação com os dados da realidade escolar, refletindo o compromisso conjunto da equipe gestora com a melhoria da unidade escolar.

§ 5º. Candidatos que apresentarem planos de gestão idênticos ou substancialmente semelhantes, bem como aqueles que forem identificados como plagiadores, serão eliminados do processo seletivo interno, sem possibilidade de recurso. A originalidade e a autenticidade das propostas são fundamentais para a integridade deste processo.

§ 6º. Somente serão considerados aprovados nessa etapa os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 7,0 (sete).

#### Seção IV ETAPA 4 – Entrevista Técnica e Avaliação Comportamental

**Art. 19.** A Entrevista Técnica e Avaliação Comportamental, de caráter classificatório, tem por objetivo aferir o perfil profissional, gerencial e socioemocional do candidato, considerando competências essenciais ao exercício qualificado da função de Gestor e Vice-Gestor Escolar.

**Art. 20.** Serão avaliadas, dentre outras, as seguintes competências:

- I – liderança pedagógica e capacidade de mobilização da equipe escolar;
- II – tomada de decisão e resolução de problemas;
- III – habilidades socioemocionais e gestão de conflitos;
- IV – comunicação institucional e relacionamento interpessoal;
- V – visão estratégica e capacidade de articulação com a comunidade escolar.

§1º. A avaliação comportamental será realizada exclusivamente com os candidatos aprovados na somatória das etapas anteriores, conforme disposto na Lei Delegada nº 434/2025.

§2º. A matriz comportamental, os indicadores avaliativos e os critérios de pontuação constarão do Anexo III deste edital.

## **CAPÍTULO VI DA CLASSIFICAÇÃO FINAL**

**Art. 21.** A classificação final dos candidatos no Processo Seletivo Público será definida pela soma ponderada das notas obtidas nas etapas avaliativas, observados os pesos estabelecidos neste edital, em conformidade com a Lei Delegada nº 434/2025, assegurando objetividade, transparência e isonomia no resultado final.

§ 1º A apuração da nota final observará a seguinte fórmula de cálculo, aplicada de forma uniforme a todos os candidatos:

**Nota Final = (NAC × 20%) + (NPG × 50%) + (NP × 30%)**

Legenda:

**I – NAC: Nota da Análise de Currículo;**

**II – NPG: Nota da Avaliação do Plano de Gestão Escolar;**

**III – NP: Nota da Prova de Conhecimentos.**

§ 2º Será considerado aprovado no Processo Seletivo Público o candidato que, após a aplicação da fórmula prevista no § 1º deste artigo, obtiver nota final igual ou superior a 7,0 (sete), resultante da soma ponderada das notas das etapas avaliativas, desde que atendidos cumulativamente:

I – os requisitos legais de habilitação e elegibilidade previstos na Lei Delegada nº 434/2025;

II – a regularidade funcional do candidato;

III – a inexistência de impedimento ético, legal ou administrativo que inviabilize a designação;

IV – a observância da ordem decrescente de classificação.

§ 3º A aprovação no Processo Seletivo Público não gera direito subjetivo automático à designação, ficando esta condicionada à existência de vaga, à necessidade da Rede Municipal de Educação e aos critérios técnicos e administrativos definidos pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Delegada nº 434/2025.

**Art. 22.** Em caso de empate na nota final, a classificação obedecerá, sucessivamente, aos seguintes critérios de desempate:

I – maior pontuação obtida no Plano de Gestão Escolar;

II – maior pontuação na Prova de Conhecimentos;

III – maior tempo de experiência no magistério;

IV – maior idade.

## **CAPÍTULO VII DA DESIGNAÇÃO, LOTAÇÃO E SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS**

**Art. 23.** A inscrição no Processo Seletivo Público será realizada para o exercício da função de Diretor ou Vice-Diretor no âmbito da Rede Municipal de Educação, não estando vinculada, em momento algum, a unidade escolar específica, em estrita observância ao disposto na Lei Delegada nº 434/2025, que estabelece a seleção por mérito e desempenho para a função, e não para a escola.

**Art. 24.** A vinculação do candidato à unidade escolar específica ocorrerá exclusivamente após a conclusão do Processo Seletivo Público, no momento da designação, que será feita pela Secretaria Municipal de Educação, conforme critérios técnicos, administrativos e de perfil profissional, gerencial e socioemocional do candidato, considerando a compatibilidade entre as competências do gestor e as necessidades da unidade escolar, conforme previsto na Lei Delegada nº 434/2025.

**Art. 25.** A lotação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Público será definida pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED exclusivamente no ato da designação, observando-se as necessidades da Rede Municipal de Educação, a organização administrativa do sistema de ensino e o interesse público, conforme previsto na Lei Delegada nº 434/2025.

§ 1º A lotação atribuída no ato da designação terá validade para todo o ciclo de gestão, assegurando estabilidade administrativa e continuidade pedagógica, nos termos da Lei Delegada;

**§ 2º** É vedada a alteração arbitrária de lotação durante o ciclo de gestão, ressalvadas as hipóteses excepcionais expressamente previstas em lei.

**Art. 26.** A alteração da lotação do Diretor ou Vice-Diretor durante o ciclo de gestão somente poderá ocorrer nas hipóteses excepcionais previstas no art. 30 da Lei Delegada nº 434/2025, devidamente motivadas e formalizadas em ato administrativo específico.

**§1º** Consideram-se hipóteses excepcionais, dentre outras expressamente previstas na Lei Delegada:

- I – extinção da unidade escolar;
- II – fusão, desmembramento ou reorganização administrativa da unidade escolar;
- III – impedimento legal, funcional ou determinação judicial que inviabilize a permanência do gestor na unidade;
- IV – vacância da função por motivo alheio à vontade do servidor;
- V – motivo de saúde devidamente comprovado por junta médica oficial.

**§2º** Toda alteração de lotação deverá ser precedida de justificativa técnica, com indicação expressa do fundamento legal, sendo vedada qualquer movimentação que configure desvio de finalidade ou caráter punitivo.

## **CAPÍTULO IX DA DESIGNAÇÃO EXCEPCIONAL**

**Art. 27.** Na hipótese de inexistência de candidatos inscritos, de candidatos aprovados ou de número insuficiente de profissionais efetivos aptos ao exercício das funções de Diretor e Vice-Diretor, a Secretaria Municipal de Educação poderá proceder à designação excepcional, nos termos do art. 28 da Lei Delegada nº 434/2025.

**§1º** A designação excepcional terá caráter temporário e transitório, devendo perdurar somente até a realização de novo Processo Seletivo Público.

**§2º** A designação excepcional não gera direito adquirido, expectativa de permanência ou qualquer forma de estabilidade na função.

**§3º** O ato de designação excepcional deverá ser formalmente motivado, demonstrando a inexistência de candidatos aprovados e a necessidade de assegurar a continuidade da gestão escolar.

## **CAPÍTULO X DOS RECURSOS**

**Art. 28.** Caberá recurso administrativo em todas as etapas do Processo Seletivo Público, nos prazos, formas e condições estabelecidos no cronograma deste edital, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Lei Delegada nº 434/2025.

**§ 1º** O prazo para a interposição dos recursos será de dias úteis após a caracterização do evento que lhes disser respeito, tendo como termo inicial o 1º dia útil subsequente à data de ocorrência ou de publicação do resultado do respectivo evento.

**§ 2º** Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada etapa do processo seletivo, desde que devidamente fundamentado.

**§ 3º** Os formulários de recurso estarão disponíveis na SEMED, com a argumentação lógica, consistente e dentro do prazo em termos adequados e respeitosos e que indiquem as circunstâncias que o justifiquem.

**§ 4º** Não caberão recursos adicionais aos recursos interpostos sendo a Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo soberana em suas decisões.

## **CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 29.** Os casos omissos e as situações não previstas neste edital serão analisados e decididos pela Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo – COEPS, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, observada a legislação vigente e, especialmente, a Lei Delegada nº 434/2025.

**Art. 30.** Fica garantido o mandato dos atuais Gestores até a publicação da portaria dos novos Gestores.

**Art. 31.** A nomeação para o cargo de Diretor será realizada por ato do(a) Secretário(a) Municipal de Educação, considerando:

- I. A ordem de classificação final;

- II. A lotação na unidade escolar designada pela Secretaria de Educação;
- III. O interesse público e o perfil técnico do candidato.

**Art. 32.** Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Roteiro/AL, 15 de janeiro de 2026.

**Valdelane Tenório da Silva Holanda**  
Secretária Municipal de Educação

**ANEXO I**

**CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO**

<b>DATA</b>	<b>ETAPAS</b>
15/01	Publicação do Edital
19 a 20/01	Recursos da Impugnação do Edital
21/01	Resultado dos recursos da Impugnação do Edital
21 a 22/01	Período de Inscrição
23/01	Homologação das inscrições e Prazo para Recurso quanto à Homologação das Inscrições
26/01	Resultado das Inscrições Pós-Recurso
26 e 27/01	Curso: Formação Inicial para candidatos
28/01	Certificação e Relação dos Candidatos Aptos com 80% de presença no curso de qualificação.
28/01	Aplicação da Prova (Etapa 1) e Publicação do gabarito preliminar
29/01	Resultado da prova e Prazo para Recurso
30/01	Divulgação do resultado dos recursos e homologação do Resultado da Prova
30/01	Entrega de documentos para Análise de Títulos (Etapa 2)
02/02	Divulgação do Resultado da Análise de Títulos, entrega do Plano de Gestão e abertura de prazo para recurso ao resultado de análise dos títulos.
03/02	Resultado do recurso e homologação do Resultado da Análise de Títulos



04/02	Apresentação dos Planos de Gestão Escolar (Etapa 3)
05/02	Resultado Preliminar das etapas
05/02	Prazo para Recurso quanto ao Resultado Preliminar das Etapas
06/02	Resultado Final das Etapas
07/02	Entrevista e Avaliação Comportamental
10/02	Nomeação e Posse dos Diretores Escolares

**ANEXO II**

**FICHA DE INSCRIÇÃO**

Nº INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

**ANEXO III**

UNIDADE PLEITEADA: \_\_\_\_\_

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_ Tel.: (    ) \_\_\_\_\_

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, membro designado pela  
Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo para Gestores Escolares do município de  
Roteiro/AL, atesto para os devidos fins e firme fé pública que está inscrita como candidato(a) ao Processo  
Seletivo para Provimento do Cargo de Gestor Escolar, o servidor (a):

\_\_\_\_\_  
Pleiteando a Unidade de Ensino:

\_\_\_\_\_  
Roteiro/AL, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**Comissão Organizadora e Examinadora**

TIPIFICAÇÃO – PORTARIA Nº 02/2026

Diário Oficial Eletrônico da  
Prefeitura Municipal de Roteiro/AL

Edição nº 0095

Sexta-Feira  
09 de Janeiro de 2026

**PORTARIA Nº 02, DE 09 DE JANEIRO DE 2026**

**PAULO JOSÉ LEITE TEIXEIRA**  
Prefeito Municipal

*Dispõe sobre os critérios de tipificação das Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Roteiro/AL e dispõe sobre a respectiva distribuição das funções de Diretor e Vice Diretor.*

**ANEXO I**

**TIPIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE ROTEIRO/AL**

(Conforme dados consolidados até 17 de dezembro de 2025)

TIPO	QUANTITATIVO DE ESTUDANTES MATRICULADOS	TURNOS DE FUNCIONAMENTO	GESTOR	GESTOR ADJUNTO
Tipo I	Até 150 alunos	1 turno	1 Diretor	-
Tipo II	De 151 a 300 alunos	1 ou 2 turnos	1 Diretor	1 Vice Diretor (opcional)
Tipo III	De 301 a 600 alunos	2 turnos	1 Diretor	1 Vice Diretor
Tipo IV	De 601 a 900 alunos	2 ou 3 turnos	1 Diretor	2 Vice Diretores
Tipo V	Acima de 900 alunos	3 turnos ou Tempo Integral	1 Diretor	Até 3 Vice Diretores

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROTEIRO, ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais conferida Orgânica do Município e com fundamento na Constituição Federal de 1988, na Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), na Lei Delegada nº 444, de 27 de dezembro de 2025, que regulamenta a designação e a atribuição das funções de Diretor e Vice Diretor das Unidades de Ensino da Rede Municipal, e,

CONSIDERANDO a importância de assegurar um ensino escolar eficiente, comprometido com a qualidade de ensino e com o pleno atendimento aos princípios da educação, e a necessidade de garantir a permanência e sucesso escolar dos estudantes;

CONSIDERANDO o quantitativo de estudantes matriculados e a organização das Unidades de Ensino em diferentes turnos de funcionamento;

**RESOLVE:**

Art. 1º Estabelecer os critérios de tipificação das Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Roteiro/AL, de acordo com a respectiva distribuição das funções de Diretor e Vice Diretor conforme os parâmetros definidos no Anexo I desta Portaria.  
Art. 2º A reavaliação da tipificação de uma Unidade de Ensino poderá ser autorizada pelo Secretário Municipal de Educação mediante justificativa técnica devidamente fundamentada, considerando os seguintes aspectos:

- I – Turnos de funcionamento da Unidade;
- II – Estrutura física e pedagógica disponível;
- III – Quadro funcional existente;
- IV – Especificidades do público atendido.

Art. 3º Toda e qualquer alteração na tipificação das Unidades de Ensino deverá ser formalizada por meio de ato administrativo específico, devidamente publicado em meio oficial.

Art. 4º Os profissionais designados para as funções de Diretor e Vice Diretor deverão possuir disponibilidade legal para o cumprimento de jornada semanal de 40 (quarenta) horas, distribuídas de modo a contemplar todos os dias úteis, respeitadas as características e demandas da organização escolar.

Art. 5º Os casos omissos e as situações excepcionais serão analisados e deliberados pela Secretaria Municipal de Educação, observadas as disposições legais vigentes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Observações:**

1. A distribuição de funções considera o porte da unidade, a quantidade de turnos e o número de estudantes matriculados, visando garantir a efetividade da gestão escolar.
2. Unidades com funcionamento em tempo integral ou com atendimento em comunidades rurais, ribeirinhas ou com especificidades educacionais, poderão ter sua tipificação ajustada mediante justificativa técnica.
3. A designação de Vice Diretor somente ocorrerá se houver previsão legal e disponibilidade de vaga, respeitando os critérios estabelecidos nesta Portaria.
4. Todas as alterações ou exceções deverão ser aprovadas formalmente pela Secretaria Municipal.

**ANEXO IV**

**TERMO DE COMPROMISSO DE DEDICAÇÃO À FUNÇÃO DE GESTOR E VICE-GESTOR**

Eu, \_\_\_\_\_ portador do Registro Geral de número: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ órgão emissor: \_\_\_\_\_ data de expedição em \_\_\_\_\_, inscrito no Cadastro Nacional  
de pessoa Física de número \_\_\_\_\_ residente e domiciliado \_\_\_\_\_  
lotado (a) na Unidade Escolar \_\_\_\_\_ ocupante do cargo de \_\_\_\_\_.

Declaro estar ciente e de acordo com os termos estabelecidos no Edital nº XX/2026/SEMED e firmo o compromisso de, no caso de ser eleito (a), assumir a função de diretor (a) da escola com dedicação a função de gestor escolar, em regime de 40 horas aula/semanais.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura  
Nome completo

**ANEXO V**

**FICHA DE AVALIAÇÃO DO CANDIDATO – PROVA DE TÍTULOS**

Nome do Candidato(a): \_\_\_\_\_

Data da Avaliação: XX/XXX/2026

<b>ANÁLISE DE TÍTULOS E CURRÍCULOS</b>	<b>Pontos título/currículo</b>	<b>Quantidade máxima admitida</b>	<b>Máximo de pontos</b>
Doutorado em Educação	3,0 pontos	1 (um) título	7 pontos
Mestrado em Educação	2,0 pontos	1 (um) título	
Especialização, carga horária mínima de 360 horas em Gestão Escolar	2,0 pontos	1 (um) título	
Especialização na área da educação, carga horária mínima de 360 horas.	0,5 pontos	2 (dois) títulos	1 ponto
Experiência em Gestão Escolar	1,5 ponto	1(um) ano	1,5pontos
Experiências em participação nos conselhos do CAE, CME e CACS-FUNDEB.	0,5 pontos	1 (um) ponto	0,5 pontos
<b>TOTAL</b>			<b>10 pontos</b>

**ANEXO VI**

**FICHA DE AVALIAÇÃO DO CANDIDATO – PLANO DE GESTÃO**

Número da Inscrição: \_\_\_\_\_

Candidato: \_\_\_\_\_

Data da Avaliação: **XX/XXX/2026**

<b>ANÁLISE DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR –PGE (ESCRITO E APRESENTAÇÃO)</b>	<b>Pontos por dimensão</b>	<b>Total de pontos</b>	<b>Média Simples das Pontos (dividir por 8)</b>
Conteúdo	0 a 20		
Exposição Coerente	0 a 10		
Alinhamento do PGE aos Pilares da Gestão Escolar	0 a 10		
Alinhamento do PGE aos Instrumentos Democratizadores	0 a 10		
Arguição técnica	0 a 30		
<b>SOMA DOS PONTOS DOS QUESITOS</b>			

Roteiro/AL, XX de XXXX de 2026.

Avaliador(a): \_\_\_\_\_

Assinatura.: \_\_\_\_\_

**ANEXO VII**

**INSTRUMENTAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO PARA O CARGO/FUNÇÃO DE DIRETOR DE  
ESCOLA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ROTEIRO/AL**

**IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO**

Nome do(a) candidato(a): \_\_\_\_\_

Função pretendida: ( ) Diretor(a) ( ) Vice-Diretor(a)

Unidade escolar de referência (hipotética): \_\_\_\_\_

Etapas/modalidades atendidas pela escola: \_\_\_\_\_

**1. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA GESTÃO**

Descreva sua motivação para exercer a função, a compreensão do papel da gestão escolar e a contextualização da escola.

Texto (mín. 10 – máx. 20 linhas):

---

---

---

**2. DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL**

Principais desafios identificados:

---

Potencialidades da unidade escolar:

---

**3. OBJETIVOS DA GESTÃO**

Liste objetivos claros e alinhados às políticas educacionais do Município de Roteiro/AL.

---

**4. PLANO DE AÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR**

Utilize a tabela abaixo para descrever as ações propostas:

Objetivo | Ação | Prazo | Responsáveis

**5. GESTÃO PEDAGÓGICA E ACOMPANHAMENTO DA APRENDIZAGEM**

Descreva como será realizado o acompanhamento pedagógico e a análise de resultados.

---

**6. GESTÃO ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL**

Explique como será organizada a rotina administrativa, gestão de pessoas e recursos.

---

**7. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE**

Descreva as estratégias de comunicação com a comunidade escolar.

---

**8. RISCOS E ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO**

Identifique riscos e estratégias para enfrentamento.

---

**9. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apresente uma síntese final do Plano de Gestão.

---

**ANEXO VIII**  
**MATRIZ DE AVALIAÇÃO COMPORTAMENTAL**

Dimensão Avaliada	Competência	Descritores Observáveis
Liderança Pedagógica	Capacidade de liderança	Mobiliza a equipe escolar, orienta práticas pedagógicas, promove o trabalho colaborativo
Gestão de Pessoas	Relacionamento interpessoal	Demonstra empatia, escuta ativa, media conflitos e promove clima organizacional saudável
Tomada de Decisão	Decisão responsável	Analisa cenários, toma decisões fundamentadas em dados e normas educacionais
Gestão de Conflitos	Mediação	Identifica conflitos e propõe soluções equilibradas e legais
Visão Estratégica	Planejamento e resultados	Demonstra visão sistêmica, foco em metas e melhoria da aprendizagem
Postura Ética	Integridade	Atua com transparência, legalidade e compromisso com o interesse público
Comunicação Institucional	Comunicação clara	Expressa-se com clareza, objetividade e coerência